

JAPUATA

## Presidente da Assembleia também mantém Associação

Através de Angélica, ONG é uma das beneficiárias de saúde gratuita aos moradores de Japuata. Ela se chama Associação Comunitária Nossa Senhora do Deserto e é conhecida como posto de saúde local.

A deputada Angélica e Conselheira presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Angélica, criou, através de subvenção, uma ONG beneficiária para propiciar saúde local. A ONG é conhecida como posto de saúde local.

Três vezes, Angélica, Conselheira presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, criou, através de subvenção, uma ONG beneficiária para propiciar saúde local. A ONG é conhecida como posto de saúde local.

Uma das ONGs beneficiárias da subvenção é a Associação Comunitária Nossa Senhora do Deserto, conhecida como posto de saúde local. A ONG é conhecida como posto de saúde local.

## Simone Fraga, que decretou o fim das verbas de subvenção na Assembleia Legislativa

Ana Lícia Menezes



### Rochadel: promessa feita, acolhida da Justiça

A Alese pode recorrer. O Cinform tentou, no sábado, falar com a presidente Angélica Guimarães, PSC, e não a localizou.

Para quem ainda desconhece o problema, as verbas de subvenção da Alese mantinham Organizações Não Governamentais - ONGs -, que, muitas vezes, não passavam de entidades fantasmas. Anualmente, saiam dos cofres públicos cerca de R\$ 24 milhões para que os deputados pudessem gastar

com quaisquer ONGs - algumas delas até suspeitas de inexistência.

A juíza estabelece que os recursos devam ser canalizados para o Fundo Estadual da Assistência Social e administrados pela Secretaria de Estado da Ação Social e do Trabalho, sem nenhum repasse à Alese. A questão suscitada pelo MP nem era a legalidade ou não de o Poder Legislativo ter atribuição de fazer emendas à Lei Orça-

mentária. E sim, a distribuição indiscriminada de subvenção social a entidades públicas pelos deputados.

### CINFORM

Para realizar o Grandes Reportagens das subvenções, durante 40 dias, a reportagem do Cinform percorreu todos os municípios e também a cidade de Aracaju, com a finalidade de verificar a existência real dessas organizações. Na maioria dos casos, o retrato encontrado nas cidades e povoados era o mesmo: organizações de fachadas que surgiram nos rincões sergipanos como miragens no deserto caótico, onde a população mal se sustenta da precária agricultura familiar.

O jornal detectou coisas como "presidentes" de associações de bairro que relataram nunca ter recebido verba alguma da Assembleia Legislativa, apesar de as entidades geridas por eles estarem na lista das beneficiadas pelas tais verbas de representação.

Percorrendo o Interior do Estado, ficou claro como é fácil, para um deputado, usar o terceiro setor para valer-se do dinheiro, abocanhando valores para futuras campanhas ou fazendo barganha política, porque as Organizações Não Governamentais - ONGs - não pagam impostos, tampouco são obrigadas a prestar contas a quaisquer órgãos superiores.

### MINISTÉRIO PÚBLICO

O secretário-geral do MP, o promotor Rony Almeida, explica que as publicações feitas pelo Cinform municipais à justiça e o próprio MP. "Se uma publicação dessas tivesse saído há 10 ou 11 anos, na época da ação ajuizada pelo MP, isso teria nos ajudado muito mais. Acredito que todos esses desvios não teriam ocorrido".

"O País mudou, o mundo mudou, as pessoas, principalmente as autoridades, não podem continuar agindo como se não devessem explicações à sociedade. Quem não quiser esclarecer como gasta o dinheiro público que vá para a iniciativa particular", disse Rony.



